

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL**

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2023**  
**(da Sra. Luizianne Lins)**

Requeiro a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de Audiência Pública para debater ações dentro e fora dos estabelecimentos de ensino para prevenir a ocorrência de episódios de violência nas escolas públicas e privadas do Brasil.

Requeiro, com fundamento no artigo 255 do Regimento Interno desta Casa, a realização de Audiência Pública para debater a realidade de agressividade e ataques de violência vivenciados nas escolas brasileiras e as ações preventivas necessárias para impedir tais ocorrências.

Para o evento convidaremos os seguintes especialistas no tema:

- DANIEL CARA - Professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e dirigente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação;
- CLAUDIA MARIA DADICO - Juíza Federal aposentada, Doutora em Ciências Criminais, especialista em crimes de ódio;
- Representante da SaferNet;
- Representante do Ministério da Educação;
- Representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania;
- Representante do Ministério Público Federal;
- Representante da Polícia Federal.

**JUSTIFICATIVA**

Em dezembro de 2022, no âmbito do Grupo Temático de Educação do governo de transição, foi entregue o relatório “O extremismo de direita entre



adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental". O objetivo do documento é propor estratégias para a prevenção de novas tragédias, dessa forma foram buscadas referências nacionais e internacionais, tanto teóricas - nas áreas da pedagogia, sociologia, psicologia e ciências jurídicas - como também de políticas públicas exitosas no enfrentamento do problema.

O relatório, cujos dados são referentes até o ano de 2022, aponta que desde o início dos anos 2000, ocorreram 16 ataques a escolas no Brasil, sendo que 4 foram somente no segundo semestre do ano passado. Ao todo, 35 pessoas foram mortas e 72 foram feridas. Neste início do ano de 2023 a incidência de ataques parece manter a tendência de intensificação, com 4 ataques registrados nos últimos 60 dias: Monte Mor (SP), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Blumenau (SC). Segundo pesquisadores, o total de ataques ocorridos em 2022 e 2023 já supera o número total do registrado nos 20 anos anteriores.<sup>1</sup>

Diante da observação da conexão entre discursos de ódio em ambientes virtuais, a cooptação dos jovens por grupos supremacistas e a violência contra as escolas, o relatório aponta algumas alternativas concretas de ações legislativas e governamentais. Entre as ações indicadas podemos destacar a alteração da Lei 7716/1989 (Lei dos Crimes de Discriminação e Ódio Racial) de forma a proibir outros símbolos supremacistas e não somente a cruz suástica, além da melhor definição normativa dos crimes de ódio. Outra ação relevante seria a criação de uma rede de colaboração permanente entre as forças de segurança estaduais e a Polícia Federal para prevenção de crimes de ódio, com foco no ambiente escolar.

Tomando como ponto de partida o relatório em questão, produzido por 11 especialistas, convido o coordenador desse projeto, Sr. Daniel Cara, assim como especialistas em direitos humanos, em segurança digital, bem como autoridades públicas competentes sobre o tema para debater, com nós parlamentares, caminhos para a prevenção da violência nas escolas do Brasil. Certa de contar com a anuência de meus pares sobre a relevância e urgência da matéria, submeto o presente Requerimento ao colegiado da CDHMIR.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2023.

  
Deputada Luizianne Lins (PT/CE)

<sup>1</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ckryl4epnpeo>



LexEdit  
\* C D 2 3 6 8 0 6 0 1 7 2 0 0